



POR QUE O CIDADÃO BRASILEIRO DEVE E PRECISA ESTUDAR A LÍNGUA PORTUGUESA?

2T (RM2-T) Thaís Araújo

A resposta à pergunta que intitula este artigo pode parecer óbvia, afinal de contas, trata-se de cidadãos brasileiros, e estes, pelo menos teoricamente, têm a obrigação cívica de saber a sua própria língua. Mas, para compreendermos o patriotismo que resvala esse tema, é preciso primeiramente refletirmos a respeito de algumas questões históricas.

Desde o momento em que foi transportada para o Brasil, isto é, desde o momento em que os portugueses chegaram a esta terra, até o século XIX, a lín-

gua portuguesa, de acordo com Orlandi e Guimarães, passou por quatro períodos, em que se distinguem as suas condições de funcionamento, até constituir-se em **língua nacional**. Expliquemos: quando os portugueses chegaram ao Brasil, a sua língua ainda não era a língua deste povo, e isso também não aconteceu na prática quando foi declarado oficialmente que seríamos colônia de Portugal. A nacionalização da língua portuguesa só veio a ocorrer efetivamente após um período de historicização dessa língua ou, em outras palavras, a

partir do momento em que se criou um vínculo afetivo entre esta e o povo da então colônia.

Segundo Orlandi e Guimarães, no primeiro período, que vai desde o início da colonização até a expulsão dos holandeses em 1654, as línguas indígenas eram predominantes, e a língua portuguesa era falada apenas por um pequeno número de pessoas. Com a expulsão dos holandeses, aumentou o número de portugueses na colônia, aumentando, conseqüentemente, o número de falantes do português. Nesse segundo período, que vai até a chegada da família real, nota-se uma primeira modificação no relacionamento entre o português e as demais línguas faladas no Brasil. Com a família real, vieram também, de acordo com os autores, aproximadamente quinze mil portugueses para a nova sede da Coroa, o que devido a inúmeros fatores mudou novamente o relacionamento entre as línguas faladas no Rio de Janeiro (terceiro período). No último desses períodos, cujo início se deu quatro anos após ser proclamada a independência, em 1826, surgiram as primeiras discussões a respeito do nome da língua do Brasil. Havia projetos que defendiam que a língua falada no Brasil era a língua brasileira, e não a portuguesa, como se tinha até então. Mas essas discussões acabaram sendo deixadas de lado – temporariamente – devido à troca dos determinantes “brasileira” ou “portuguesa” pelo determinante “nacional”.

Nesse momento, embora se evitasse nomear oficialmente a língua do Brasil como língua portuguesa ou como língua brasileira, de acordo com Orlandi e Guimarães, o que passou a ser colocado com a denominação de língua enquanto língua nacional não foi a superioridade de uma língua em relação à outra, mas a “língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação”¹. É, então, neste momento que, como dissemos anteriormente, passou-se a ter um vínculo afetivo entre povo, nação e língua. O povo passou a reconhecer-se na língua que falava e via nesta uma forma de materialização da sua nacionalidade. Defendendo-a, portanto, estariam defendendo a sua pátria e a sua própria cidadania.

Foi nesse período, mais especificamente em meados do século XIX, que se iniciou no Brasil o processo de

gramatização da língua portuguesa. Entendemos processo de gramatização como o que fora definido por Auroux, isto é, “processo que conduz a *descrever* e *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” [itálico do autor]. A questão da língua nacional está, deste modo, intrinsecamente ligada a esse processo, pois é a partir da instrumentação dos seus saberes linguísticos que começou a ser produzido no Brasil recém-independente o efeito de evidenciamento da sua língua enquanto uma língua diferente da de Portugal, destacando-se as peculiaridades daquela em detrimento desta. O processo de gramatização, conforme Guimarães, ocorreu, então, no Brasil de modo antagônico ao que ocorrera na Europa. Se lá a gramatização foi uma forma de os países europeus conquistarem o resto do mundo, aqui ela se desenvolveu a partir do nosso processo de independência como forma de legitimar as diferenças linguísticas entre a língua do Brasil e a de Portugal.

O Brasil recém-independente buscava fortalecer-se enquanto nação quando a língua do Brasil passou a ser vista como signo de nacionalidade, ou seja, como uma representação simbólica daquilo que distingue a nação brasileira das demais, principalmente da portuguesa. Por isso, visando à produção da unidade necessária à constituição da identidade linguística característica da brasilidade, fez-se necessário instrumentar a língua do Brasil, evidenciando o que nela havia de particular e recorrendo aos modelos clássicos para se legitimar em relação às outras línguas neolatinas já instrumentadas.

Para entendermos o porquê dessa necessidade de instrumentar, defender e legitimar a língua nacional, basta pensarmos em alguns grandes exemplos históricos. A história nos mostra que o enfraquecimento do poder estatal repercute no plano linguístico – este é, por exemplo, o caso do Império Romano ocidental após a invasão árabe – e que um Estado forte para se legitimar precisa de uma língua igualmente forte e homogênea, haja vista o processo de expansão territorial dos países europeus no século XV. Nesse caso, visando à manutenção do novo domínio, a cultura e a língua dos povos dominados eram subjugadas em prol da imposição da língua e da cultura do povo dominador, como aconteceu aqui durante a colonização brasileira. Uma vez que o povo dominado houvesse, então, adquirido a língua e a cultura do seu dominador, também haveria adquirido a identidade desse povo em detrimento da sua própria identidade e, com isso, tornar-se-iam apenas uma nação.

¹ ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Produção de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (org) *História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

Contudo, contrariando as expectativas dos portugueses, no caso do Brasil, assim como em muitos outros países, o transporte da língua do território europeu para o brasileiro “força outros contornos para a enunciação”², criando novas relações palavra-coisa. Ou seja, a língua portuguesa, ao ser falada num novo local-tempo, cria um novo espaço de interpretação, ressignificando-se e significando as coisas do Brasil a partir do trabalho de memória do português, que tenta nomear esse novo mundo associando-o àquilo que conheceu em Portugal. No Brasil, havia situações e coisas distintas daquelas que havia na Europa. Para nomeá-las, foi necessário que o português as associasse a algo conhecido da sua terra natal, mas, além desse trabalho de memória, a nomeação daquilo que era próprio do novo mundo também teve influência das línguas aqui faladas até então, isto é, das línguas indígenas, e das outras línguas que por aqui passaram durante o processo de colonização, como as línguas africanas, por exemplo.

Para ilustrar o que foi dito acima, vejamos a análise feita pela linguista Bethania Mariani, em seu livro *Colonização linguística*. O animal que hoje conhecemos como Tatu assim já era chamado pelos habitantes indígenas da colônia e foi descrito para a corte da seguinte forma:

“(...) e se tem pella melhor caça que ha no matto chamão lhes Tatús são tamanhos como coelhos e t1/2,, um casco a maneira

² Idem.



de lagosta como de cágado mas he reparado em muitas juntas como laminas, parece totalmente hã, rabo do mesmo casco comprido o foçinho he como de leitão, e não bota mais fora do casco que a cabeça”. (GÂNDAVO apud Mariani, idem: 73). [negrito da autora; grifos nossos].³

As comparações, segundo a autora, demonstram o trabalho de memória operado pelo português, que tenta descrever para os seus conterrâneos que ficaram na metrópole um animal típico desta terra. Observe que, neste caso, o nome que se manteve é um nome indígena. Situações como essas aconteceram aos montes e acabaram interferindo no léxico da língua falada no Brasil, distinguindo-o, em parte, do léxico da língua de Portugal. Além das diferenças lexicais, algumas diferenças sintáticas e fonéticas, como as que dizem respeito à colocação pronominal, fizeram com que a distinção entre a língua do Brasil e a de Portugal se tornasse uma evidência. Baseados nesse argumento, os líderes do movimento romântico, que estavam diretamente ligados ao movimento de independência política, além de requererem a independência literária, passaram a exigir também a independência linguística – intento que foi frustrado devido a uma série de fatores, que nesse momento não interessam aos objetivos deste artigo.

A necessidade de legitimar, conhecer e defender a língua nacional surgiu, então, num momento em que também se tornava necessário defender e legitimar perante o mundo o Estado nacional. Passado este momento, no entanto, isto é, com a legitimação e estabilização do Estado e da Língua nacional, defendê-los deixou de ser uma necessidade política e, com o tempo, essa motivação histórica se perdeu. Poucos estudantes sabem hoje que conhecer e dominar a língua portuguesa do Brasil é uma questão cívica, porque desse modo colaboram para a manutenção da sua esta-

³ MARIANI, Bethânia. *Colonização Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

bilidade e, mais do que isso, porque é assim que eles contribuem para que ela se mantenha viva e para que, conseqüentemente, o Estado nacional se mantenha forte. Como expusemos acima, se a nação brasileira só passou a existir a partir do momento em que passou a existir também a língua nacional, defendê-la é também defender a nossa pátria. Por isso, entendemos que saber a língua portuguesa do Brasil é direito e dever de todos os brasileiros. Se, em tempos de paz, conhecer as línguas de outros povos é cortês, proporciona um maior intercâmbio cultural e pode ajudar na hora de fazer acordos; em tempos de guerra, terá sucesso o povo que, ainda que dominado politicamente, manter viva a sua língua e, através dela, a sua cultura.

Desse modo, levando em consideração que estamos numa instituição militar e que cabe a nós zelarmos pela nossa pátria, facilmente chegaremos à resposta da pergunta-título deste artigo, pois não há modo mais eficaz de fazê-lo senão tendo língua e cultura fortes. Sendo assim, valorizemos o que é nacional, leiamos os clássicos e também os modernos, escrevamos e, por conseguinte, contribuamos para que a nossa percepção de mundo, os diferentes usos da nossa língua e a nossa cultura fiquem registrados para posteridade.



Primeira gramática da língua portuguesa, publicada em 1536, por Fernão de Oliveira. As gramáticas brasileiras só foram publicadas a partir do século XIX e, embora visassem evidenciar as peculiaridades linguísticas da língua do Brasil, ainda estavam muito presas ao modelo das gramáticas das línguas neolatinas

BIBLIOGRAFIA:

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

COSTA, Thaís de Araújo da. Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. Campinas, SP: Pontes, 1996. Separata de: Guimarães; Orlandi (org.). Língua e Cidadania: o português do Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

MARIANI, Bethânia. Colonização Linguística. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Produção de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (org) História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.